

Ata nº 5 da Assembleia da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde

No dia quinze do mês de Abril do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu em Sessão Ordinária, no edifício da sede da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, sita na Rua da Vilarinha, 1090, a Assembleia de Freguesia da UFAFDN, com as seguintes presenças:

Nuno Alexandre Ferreira Cabral de Carvalho, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia (Porto, O Nosso Partido)

Joana Filipa Antunes Cunha de Miranda, Primeira Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia (Porto, O Nosso Partido)

Maria Benedita Mattos Chaves Pinheiro Torres em substituição de Maria Pestana da Luz Pereira Ramos, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia (Porto, O Nosso Partido)

Carlos Alberto Pereira Dias de Magalhães (Porto, O Nosso Partido)

Margarida Maria Dias Veríssimo Nogueira Mota em substituição de Filipe Lello Ortigão Carvalho Guimarães (Porto, O Nosso Partido)

Hugo Almeida de Azevedo Meireles (Porto, O Nosso Partido)

Rui Manuel Pinto Livramento em substituição de Mafalda Bessa Ferreira Franchini (Porto, O Nosso Partido)

Maria da Conceição da Silva Castro (Porto, O Nosso Partido)

Maria Manuel Janardo Pereira Ferreira Rosa Archer de Carvalho (Porto, O Nosso Partido)

Vasco Formigal Mourão (Porto, O Nosso Partido)

Andreia Belisa Gomes Júnior de Araújo Lima (Porto Forte)

Domingos Dias Gomes (Porto Forte)

Francisco Manuel de Castro Magalhães Marques Aguiar (Porto Forte)

Joaquim Eduardo Brandão Alves (PS)

Manuel Neves de Carvalho (PS)

Paula Maria Gomes Ferreira Santos Marújo (PS)

Vítor Manuel Gonçalves Arcos (PS)

Luís Fernando Almeida Socorro (PS)

João Miguel Vilaça Teixeira de Barros (CDU)

Período de antes da Ordem do Dia

Tomou a palavra o Presidente da Mesa para informar da renúncia ao Mandato de Mafalda Bessa Ferreira Franchini. Tomou posse, assim, em substituição desta, Rui Manuel Pinto Livramento da Silva, que se encontrava no lugar seguinte na lista de candidatura.

Iniciou-se a intervenção do Público com a inscrição do Sr. Octávio Teixeira, Sr. Albino Nascimento, Sr. Antonio Melo, Sr^a. D. Helena Braga e Sr. Nelson Andrade.

Pediu a palavra o Sr. Octávio Teixeira que, em relação às novas taxas dos cemitérios, referiu que tinha pago os novos valores antes de estes terem sido aprovados em Assembleia de Freguesia no dia 6 de Março, com a agravante de ter pago a taxa de gaveta, atualmente extinta segundo o que disse saber.

Interveio a deputada Andreia Lima questionando-o sobre a taxa de que falava, tendo ainda perguntado se tinha algum documento que comprovasse o que tinha dito.

Tomou a palavra o Sr. Albino Nascimento fazendo referência, na sua intervenção, à necessidade de impor limite de velocidade, colocar lombas e outros métodos de prevenção rodoviária na União de Freguesias, nomeadamente na Rua Jornal de Notícias e ao lado da Escola de Aldoar. Pediu ainda atenção ao Executivo para resolver um problema da sua casa sita no Bairro Fonte da Moura, bloco 10, habitação 12, carente de uma intervenção ao nível da eletricidade, carpintaria e colocação de azulejos. Esclareceu que a responsabilidade remontava ao Executivo anterior, mas que não tendo sido solucionado o problema, pedia que o presente Executivo sensibilizasse a Câmara Municipal para o efeito pretendido. Pediu também esclarecimento em relação à situação do ATL de Aldoar por lhe ter chegado ao conhecimento que a alimentação já não tinha qualidade e que as crianças não tinham transporte.

Pediu a palavra o Sr. António Melo para questionar o Executivo sobre a veracidade de uma afirmação da Vice-Presidente da União, Dra. Ana Furtado, em relação às alegadas dívidas que a Junta de Aldoar teria deixado. Pediu ainda que, no caso de ser mentira, o Sr. Vítor Arcos tivesse a oportunidade de se defender.

Interveio a Sra. D. Helena Braga afirmando que ao contrário do que acontecia em Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde tinham jardineiros. Interrogou, assim, o Presidente da União de Freguesias sobre a alegada disparidade de tratamento das freguesias.

Tomou a palavra o Sr. Nelson Andrade começando por questionar o facto de já não ser informado da ocorrência das Assembleias de Freguesia como acontecia anteriormente, tempo em que se colocava Editais em alguns locais de referência da Freguesia. Manifestou

ainda a sua discordância com as novas Taxas dos Cemitérios. Por fim, em relação às Eleições de 25 de Maio focou vários aspetos: a importância da Universidade Católica continuar a ser um dos locais de voto, pela sua centralidade e instalações; a necessidade de haver pelo menos duas pessoas experientes em cada Mesa de voto, nomeadamente o Presidente e o Secretário, sugerindo assim a abolição do método de sorteio; fez ainda um apelo para que as caixas de voto e o restante material estivessem disponíveis no dia das eleições às sete horas da manhã e referiu ainda um episódio de fraude das eleições anteriores.

O Presidente da União, Dr. Nuno Ortigão, pediu a palavra, cumprimentando todos os presentes.

Em resposta ao Sr. Octávio Teixeira, garantiu não haver má-fé na cobrança das taxas referidas, tendo agendado uma reunião de imediato para, eventualmente caso haja necessidade, corrigir a situação.

Ao esclarecer o Sr. Albino Nascimento, concordou com a existência do referido problema, afirmando que já estavam empenhados em resolvê-lo, acrescentando que já tinham sinalizado as ruas António Aroso e Martim Moniz como ruas problemáticas; em relação ao problema da habitação, pediu para ser marcada uma reunião; sobre o ATL, referiu que se disponibilizou para reunir com os pais dia sete de Maio e que era inútil prolongar a discussão, sendo que todos tinham concordado em marcar outra reunião. Estranhou a alegada falta de transporte das crianças, dado o autocarro da Junta estar sempre disponível para servir todas as coletividades.

Em relação à intervenção do Sr. António Melo, o Presidente da União referiu que a Junta de Freguesia de Aldoar não tinha deixado dívidas, não obstante o facto de, na eventualidade de não haver União de Freguesias, esta não teria forma de pagar os salários do mês que se avizinhava.

Esclarecendo a Sr^a D. Helena Braga, o Presidente da União afirmou não haver diferença no tratamento das três freguesias e, por conseguinte, existirem jardineiros a laborar igualmente em Aldoar.

Em resposta ao Sr. Nelson Andrade, o Presidente da União alegou que, para a tentativa de uniformização das taxas do cemitério tinham partido das diferentes realidades de cada Freguesia, sendo que as mais altas eram as da Foz, a freguesia do interveniente, daí o presente resultado que afirmou ser o melhor possível. Não se estendeu mais em relação a este assunto por já ter sido objeto de um grande debate. Mencionou também o facto de o seu movimento - Porto, o nosso Partido - não ir a eleições e, por isso não se alongou neste tema, explicando apenas que quiseram centralizar os locais de voto.

Seguiu-se a leitura e a apreciação das Atas da Assembleia Ordinária de trinta de Dezembro de dois mil e treze e das Assembleias Extraordinárias de vinte e quatro de Fevereiro e de seis de Março de dois mil e catorze.

Interveio o deputado Manuel Neves Carvalho dizendo que a posição do PS era a de que a Assembleia de Freguesia de vinte e quatro de Fevereiro não se tinha realizado, daí não ter de haver Ata e, assim sendo, iriam abster-se na votação.

Tomou a palavra o deputado Hugo Meireles declarando que, havendo uma Convocatória, tinha de haver uma Ata a dizer que a Assembleia abriu e encerrou, pois tem de haver uma justificação para a sua não realização e tem de ser pública.

Interveio a deputada Andreia Lima, comunicando que a sua bancada concordava que houve Assembleia, embora tivesse havido uma irregularidade.

Procedeu-se à votação tendo ficado as três Atas aprovadas. A Ata de trinta de Dezembro de dois mil e treze com 1 abstenção da CDU, cinco votos a favor do PS, três votos a favor do PSD, dez votos a favor do “Porto, o Nosso Partido”; a Ata de vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e catorze com uma abstenção da CDU, cinco abstenções do PS, três votos a favor do PSD e dez votos a favor do “Porto, O Nosso Partido” e, por último, a Ata de seis de Março de dois mil e catorze com uma abstenção da CDU, cinco votos a favor do PS, três votos a favor do PSD e dez votos a favor do movimento “Porto, o Nosso Partido”.

Período da Ordem do Dia

Iniciou-se o período da ordem do dia, tendo sido, de imediato, feita uma Proposta de deliberação contra a privatização ou concessão a privados da Metro do Porto e da STCP pelo deputado Mário Joaquim Santos Cardoso, da CDU (Doc.).

Interveio a deputada Andreia Lima dizendo que já conhecia a Proposta por ter sido levada à Assembleia Municipal, tendo estado presente para substituir um deputado. Referiu que a Moção não fazia sentido, pois falava em privatização quando o Governo já afastou essa possibilidade.

Tomou a palavra o deputado Hugo Meireles, declarando votar contra, porquanto o serviço público não seria posto em causa pela concessão, realçando que o que se pode exigir é que haja uma boa negociação sobre o serviço que será prestado.

Interveio o deputado Mário Cardoso para explicar a Proposta.

A Proposta não foi aprovada, tendo tido um voto a favor da CDU, cinco abstenções do PS, três votos contra do PSD e dez votos contra do movimento “Porto, O Nosso Partido”.

Interveio novamente o deputado Mário Cardoso, apresentando uma Moção relativa à comemoração do 25 de Abril (Doc.).

Tomou a palavra a deputada Andreia Lima, congratulando a índole da Moção, referindo, contudo que não poderia votar a favor por não concordar com certas expressões que ofendiam o seu Partido.

A proposta foi admitida com um voto a favor da CDU, cinco votos a favor do PS, três votos a favor do PSD e dez abstenções do movimento “Porto, o Nosso Partido”.

Interveio o deputado Luís Socorro felicitando a admissão da Moção, em nome da Democracia. Quanto ao conteúdo da Moção, referiu que não estavam dispostos a aprová-la tal como estava redigida, a não ser que se retirasse o ponto seis do documento.

Interveio o deputado Hugo Meireles demonstrando a sua concordância com o debate do documento, em prol da liberdade de pensamento. Todavia, manifestou o seu desacordo com a forma da sua redação.

Pediu a palavra o deputado Luís Socorro fazendo o ponto de ordem à Mesa, porquanto considerava não valer a pena introduzir-se este tema naquela Assembleia, nem ser o momento para revelar as orientações de cada um.

Interveio o Mário Cardoso afirmando que aquela era a posição da CDU e que não abdicava de “uma vírgula”, que a discussão era saudável e que considerava estarmos, passados quarenta anos, piores do que no 25 de Abril.

A Moção não foi aprovada, tendo tido um voto a favor da CDU, cinco abstenções do PS, três votos contra do PSD e dez votos contra do movimento “Porto, o Nosso Partido”.

Prosseguiu-se com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um – Apreciação e votação do Relatório de Atividades e documentos de prestação de contas do último trimestre de dois mil e treze (Doc.)

Pediu a palavra o deputado Vítor Arcos dizendo que era comum incluir, neste documento, o ano civil todo, indagando sobre a possibilidade de ter havido novas orientações.

Tomou a palavra o Presidente da União, Dr. Nuno Ortigão, afirmando que o Executivo só era responsável pelo período do mandato. Mais referiu que agradecia aos antecessores o facto de não terem assumido compromissos fora do seu âmbito e também aos funcionários das

três Juntas pela sua responsabilidade e profissionalismo. Concluiu referindo que o lema “Contas à Moda do Porto” estava a ser posto em prática, tendo aumentado o saldo em trinta mil euros.

Interveio a deputada Andreia Lima questionando vários pontos deste Relatório, que foram seguidamente esclarecidos pelo Presidente da União.

Procedeu-se à votação, ficando o presente documento aprovado, com uma abstenção da CDU, cinco votos a favor do PS, três votos a favor do PSD e dez votos a favor do “Porto, O Nosso Partido”.

Ponto Dois – Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação referente a dois mil e treze

Ficou apreciado.

Ponto Três – Apreciação e Votação do Quadro de Pessoal

Interveio a deputada Andreia Lima questionando se teria havido alteração do número de funcionários depois da Tomada de Posse.

Tomou a palavra o Presidente da União, referindo que houve uma funcionária que pediu a reforma.

Procedeu-se à votação, tendo ficado aprovado por unanimidade.

Ponto Quatro – Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da União das Freguesias nos termos da alínea e) do artigo 9º da Lei 75/2013

Interveio a deputada Andreia Lima, referindo que não tinha recebido este Documento, mas que teve acesso ao mesmo por outras vias.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida em voz alta e aprovada, vai ser assinada pelos presentes: